

pelo Tribunal Regional Eleitoral, a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a Procuradoria da República e a Justiça Federal. Ressaltava o documento dos senhores ministros que o prédio a ser demolido não estava tombado pelo Patrimônio Histórico e que a Caixa Econômica Federal prontificava-se a financiar a construção. O processo foi avistado no Ministério da Fazenda e depois, em 12 de fevereiro de 1979, na Caixa Econômica Federal, e foi enfim arquivado na própria Presidência da República, em nome de interesses mais urgentes. Tentou-se, também, o aproveitamento de um galpão situado no bairro de São Cristóvão, cedido à BN pelo Instituto Nacional do Livro, que poderia servir, mesmo precariamente, "para armazenamento de duplicatas e alojamento da oficina de encadernação". Depois de diversas reformas, uma parte desse galpão foi efetivamente ocupada com duplicatas da BN e com parte do acervo do Conselho Federal de Cultura³¹.

O Projeto 4 procurou racionalizar as rotinas de trabalho da BN, "dando prioridade ao fluxo seguido pelo livro desde sua entrada, sob qualquer forma de aquisição, até a colocação nas estantes, para ser utilizado pelos leitores"³². Complementarmente, o projeto objetivava a viabilidade da aplicação das técnicas de automação e/ou simplificação dos registros em uso e a racionalização do sistema de encadernação. Foram estabelecidos fluxógramas de rotinas e uma minuta de "manual de processamento do livro".

O Projeto 5, enfim, englobava dois pontos: o primeiro fixou "diretrizes e avaliou recursos para a criação de um sistema de controle do acervo bibliográfico da Biblioteca", e o segundo "se referiu à catalogação, classificação e restauração".

Nem tudo, porém, foi conseguido. A gestão de Jannice Monte-Mór durou quase toda a década de 70 (1971-79) e, como ela mesma escreve, algumas metas foram alcançadas, outras não. Começemos pelos êxitos:

- a implementação pelo menos parcial da pretendida reforma administrativa; tombamento do edifício-sede pelo IPHAN, em 1973, e sua recuperação física; implementação da microfilmagem visando à preservação do acervo; desenvolvimento do Formato CALCO, depois transferido para a Fundação Getúlio Vargas por descuido ou falta de interesse do seu sucessor;